

**Peggy Golde (ed.).** *Women in the Field – anthropological experiences*, Berkeley, University of California Press, 1986.

### **Memórias - mulheres em campo**

Heloisa Buarque de Almeida

Mestre em Antropologia pela USP, doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp

*to have dealt and coped effectively with a series of challenges; to have not simply endured, but found laughter, affection and insight – all combine to make the experience of field work unique in its impact and its result: an enlarged sense of self-confidence, a deeper realization of one's own identity, and a concrete intellectual accomplishment.* (p. 91)

Compreender e articular aquilo que durante muito tempo foi relegado às notas de rodapé, ou a comentários menos “sérios” da disciplina, é o que pretende esta coletânea: como lidar com diversos aspectos (e vicissitudes) do trabalho de campo. A organizadora do volume, Peggy Golde, procura na introdução deixar bem claro ao leitor de onde vem sua inspiração e quais são seus objetivos com esta coletânea: a partir das reações dos etnógrafos, pretende-se problematizar o papel da pesquisadora, refletindo sobre a especificidade gerada pelo seu sexo e as atribuições conferidas a esse fator. Como se dá a passagem de uma “estrangeira”, alguém que veio de fora, para alguém com quem se mantém uma relação mais próxima e pessoal? E como se dá o encontro entre mulheres socializadas de certa forma dentro do contexto norte-americano com o papel que as mulheres da sociedade estudada assumem e o seu tipo de socialização? A questão dos “papéis” permeia todos os textos: o papel que o pesquisador deve assumir na sociedade, os papéis e status dos indivíduos dentro de cada grupo, o papel especificamente feminino, e como encaixar-se (ou não) dentro do esperado comportamento feminino de cada cultura.

A valorização da experiência etnográfica, o “estar lá”, como base da formação antropológica, pode ser apenas implícita, pressuposto não mencionado, em alguns dos artigos, mas outros declaram abertamente sua importância. Cora Du Bois (“Studies in and Indian Town”), por exemplo, afirma sua crença na força do contato pessoal com a realidade percebida, sem a qual os problemas levantados pela ciência correm o risco de serem totalmente etnocêntricos (p.223). Laura Nader (“From anguish to exultation”) comenta a importância do processo como “rito de iniciação” do campo antropológico, caracterizado tanto pela dor como pelo prazer, ambos intensos (p.106). Mais do que isso, ela afirma que pelo trabalho de campo um pesquisador ou aluno torna-se antropólogo (p.114).

O livro apresenta-se como um estudo informal e comparativo que reflete sobre as conseqüências específicas geradas pela presença de uma pesquisadora do sexo feminino, que tipo de reações seriam observadas quanto a isso e quais suas conseqüências teóricas. Pretende-se, através das reflexões geradas pelos artigos, sensibilizar os antropólogos

(homens) sobre a questão dos papéis sexuais e permitir um amplo leque de *insights* na comparação do trabalho e do relacionamento com o objeto de estudo entre pesquisadores dos dois sexos. Implícito está que esse tipo de preocupação ainda não estava acontecendo na academia, quando da primeira edição do volume. (Estou aqui analisando a segunda edição, revista e ampliada. A primeira edição deste livro é de 1970.)

Cabe ressaltar que surge com relevância, embora não seja explicitado como objetivo central do livro, como o treinamento diferenciado de homens e mulheres nos Estados Unidos é revelado por uma reflexão sobre o trabalho de campo atento às diferenças entre pesquisadores dos dois sexos. A dimensão comparativa do trabalho etnográfico revelaria algo ligado à própria cultura do pesquisador e o tipo de socialização diferenciada que se faz nos EUA (ou no “mundo ocidental”) entre homens e mulheres. Esta proposta está implícita em muito da reflexão antropológica: estudar o outro é revelador de sua própria cultura. Ainda assim, aqui, pouco se questiona e discute diretamente a cultura de onde veio o pesquisador, mesmo que o leitor atento possa notar frases reveladoras quanto a esse problema. No entanto, parece claro que se supõe que a mulher americana, em função de sua experiência e processo de socialização, teria maior cuidado e atenção aos problemas que o livro pretende abordar. No fundo, trata-se da “questão das mulheres”, do seu treinamento e lugar social, de sua relação enquanto profissionais no contato com o “outro” e com uma outra cultura na qual o “lugar” da mulher e do homem são diversos.

Ainda que algumas autoras “deslizem” e reflitam pouco sobre esta questão de papéis sexuais no próprio contexto em que foram educadas, alguns comentários são reveladores. Por exemplo, o texto de Ernestine Friedl (“Field work in a Greek Village”), cheio de detalhes sobre a dificuldade inicial advinda da diferença cultural (especialmente quanto à maneira dos gregos de não dizerem o que pensam de forma aberta), somente aponta, pouco explorando o conflito criado na situação de campo entre marido e mulher. Ela era a antropóloga, e seu marido, o assistente. Surgem nele a tensão e o cansaço pela falta de recompensas, enquanto para ela as descobertas e realizações eram muitas. Ele se sentia oprimido pela condição de “assistente”. Há muito de revelador nesta afirmação sobre a questão do gênero e a divisão de papéis no contexto norte-americano, mas a autora evita essa reflexão. Ao lado disso, vem a própria percepção que os gregos mantêm a respeito da profissão e atuação do casal norte-americano: ainda que tivessem sido informados que Ernestine fosse a pesquisadora e seu marido, o assistente, os moradores da vila trataram de inverter os papéis. Ela não nota que mesmo nos EUA isso faria mais sentido e é difícil para seu marido sentir-se “apenas” seu assistente naquele contexto. Os detalhes dariam muito espaço para uma reflexão sobre a construção dos papéis sexuais em culturas que, como ela própria ressalta, têm muito em comum; mas a autora desvia da questão. Por outro lado, o primeiro campo de Diane Freedman (“Wife, widow, woman: roles of an anthropologist in a Transylvanian Village”) revela uma situação semelhante com resultado bem diverso, com o marido como assistente e envolvido com os cuidados da casa sendo um bom companheiro; embora talvez parecesse “pouco masculino” aos olhos dos romenos.

Aos poucos, a introdução de Golde anuncia para quem o livro se destina – não apenas a antropólogos e pesquisadores que devem dar maior atenção a um aspecto do trabalho de campo que não parecia ainda chamar a atenção dos acadêmicos; o volume pretende contar para leigos, alunos, outros profissionais de áreas distintas como são e como

trabalham os antropólogos. Essa idéia é reforçada também pelo tipo de perguntas que orientou (ou deveria orientar) todos os relatos, pois Golde enviou uma carta às autoras com dicas, questões e comentários sobre o tipo de temas que deviam ser abordados.

Incluem-se nessas questões algo muito importante e revelador do “espírito” deste livro. As instruções indicam a busca do impacto subjetivo da entrada em uma nova cultura, a partir da visão cuidadosa das questões ligadas aos papéis sexuais, especialmente concentrados na figura da pesquisadora. O texto deve ser pessoal, falar de expectativas, apreensões, esperanças, confusões na compreensão dos acontecimentos, frustrações e recompensas, e assim por diante. Além disso, incluem-se questões mais próprias de quem quer compreender “o que é ir a campo”, buscando dar a sensação de “estar lá”:

It is also my feeling that the best way to transmit what it means to be an anthropologist (how do we work, how we respond to the strange and different and come to understand it, how we balance objectivity, distance, and respect with our own personal values) is to describe the process from the self's point of view, thus enabling others to “live” vicariously through the experience. (p.4, destaque meu)

Ressalto aqui o que foi explicitado na introdução e é reiteradamente construído pela narrativa de quase todos os artigos que compõem a coletânea: uma pequena história cheia de nuances, dificuldades de ordem prática e emocional, busca de aceitação e “encaixe” na sociedade estudada, sensação de solidão, luta contra doenças e dificuldades físico-geográficas, busca de compreensão lingüística, mais amplamente a, compreensão dos significados culturais em questão e, finalmente, com destaque, toda a recompensa pelo trabalho efetivado, por relações afetivas com as pessoas conhecidas e por uma espécie de transformação interna e profissional adquirida ao final de tanto esforço. Alguns relatos apontam “adaptações” mais traumáticas (como Hazel Weidman, “On ambivalence and the field”) ou simples (como Niara Sudarkasa, “In a world of women: field work in a Yoruba community”) aos grupos estudados – sintetizadas por exemplo na diferença entre dois trabalhos de campo de uma mesma pesquisadora (Laura Nader). Mas muito do que se relata sobre essa relação subjetiva com o grupo estudado (e os indivíduos: sejam os mais próximos e receptivos, ou os mais desconfiados e hostis) reitera sensações e problemas semelhantes (“resolvidos” de formas bem variadas).

Mas a quem interessa viver vicariamente o processo da pesquisadora-antropóloga? A seus amigos e, conhecidos e parentes? Ou a estudantes antes de ir a campo? Ou a antropólogos em geral que possam rever algumas de suas experiências e repensá-las sob outra ótica? Certamente, nesse sentido, o livro é extremamente reconfortante para alguém que ainda esteja lidando (ou revendo, questionando) com suas próprias (in)experiências de campo. Cada relato apresenta passagens que “confessam”<sup>1</sup> aspectos subjetivos, “erros” iniciais, sensação de impotência, tristeza ou desânimo, insegurança pela incerteza de compreensão. Com detalhes engraçados ou trágicos, os textos confortam qualquer pesquisadora em campo que tenha passado, ou esteja passando, por situações semelhantes, que parecem muito comuns diante até da repetitividade de certos temas. Fica claro, por exemplo, como é complicado reagir diante de padrões comportamentais que restringem a ação das mulheres em determinada sociedade. Mas se torna também notável como muitas vezes é possível romper com o comportamento esperado, dado que se trata de alguém que é “de fora”.

Jean Briggs (“Kapluna daughter”), por exemplo, deixa claro as dificuldades advindas de ter sido “adotada” por uma família esquimó, embora lhe parecesse a melhor opção para pesquisar ali. A noção mais difícil neste contexto não advém apenas de sua situação como “filha”, há também uma diferença de comportamento cultural mais genérico – ela não deveria (dentro dos padrões locais) expressar claramente sua raiva e, ao fazer isso, gera uma ruptura na boa relação que havia desenvolvido com os esquimós ao chegar. A situação de conflito é ampliada pela situação de adoção – sua forçada “subordinação” criada pela situação de “filha” ameaçava um valor importantíssimo seu: independência. Seu conflito (semelhante aos apresentados nos outros artigos) pode ser expressado por algumas noções: a confusão entre ser apenas uma antropóloga, vinda de fora, que busca criar relações mais pessoais e próximas mas que, ao assumir a posição de filha adotiva, a entrada numa rede hierárquica, parece atrapalhar seus objetivos como pesquisadora. O conflito desta autora é comum a vários outros textos (quase todos) que enfrentam o constrangimento das liberdades de uma mulher na sociedade estudada pela mesma; mas enquanto algumas pesquisadoras limitam-se ao comportamento que seria esperado e “correto” para uma mulher (como Friedl na Grécia, amparada pela presença do marido que cobriria as áreas não-permitidas às mulheres, assim como Ann Fischer relata sobre o Japão em “Field work in five cultures”), outras desafiam a tradição local adentrando também espaços masculinos ou “inadequados” ao seu status local, resguardadas pelo fato de serem “diferentes” e “de fora” (como Peggy Golde no México, “Odyssey of encounter”; Ruth Landes sendo uma branca de classe média circulando por espaços considerados de negros e pobres em Salvador nos anos 30, em “A Woman anthropologist in Brazil”; ou Hazel Weidman numa Birmânia de extrema violência). O texto da organizadora é certamente um dos mais comoventes neste aspecto. Sua experiência em campo e sua reflexão posterior reforçam a proposta do livro: emoção, subjetividade e sua relação com a pesquisa antropológica, aprendizado a partir de ter “estado lá”, ter vivenciado, e a intensidade da experiência. Ao longo de seu artigo, revela como se adapta a uma aldeia em que todos parecem estar desconfiados de sua presença durante todo o tempo, ao passo que não se submete aos constrangimentos impostos às mulheres dali. Mais do que isso, quebrando o senso comum (presente inclusive em outros artigos) de que teria maior intimidade com as mulheres e, portanto, pesquisaria temas tradicionalmente relacionados ao mundo feminino, permanece na proposta de estudar a pintura e a cerâmica feita por homens e desenvolve com estes uma boa proximidade que lhe permite realizar seu trabalho. Alguns casos revelam conseqüências geradas por esses “desafios” – focas, pressões indiretas ou diretas, hostilidade, silêncio e distanciamento, etc. –, mas sem isso muito do trabalho não seria possível. Há também um artigo que reflete sobre os diversos papéis e status femininos. Diane Freedman passa durante dois períodos de trabalho de campo por vários status que lhe permitem conhecer diferentes aspectos da vila romena que estuda: primeiro viajou com o marido, mantendo o papel de mulher casada; depois voltou a campo viúva, o que lhe permite acesso e conversas com certo grupo de mulheres; e, finalmente, passado o período de luto, torna-se aos olhos dos romenos uma mulher livre, que acaba se aproximando de moças solteiras e é também cortejada. Seu relato é muito sensível e sua percepção destes vários “lugares sociais” possíveis teria acrescentado muito ao próprio resultado da pesquisa.

No fundo, o livro parece dedicar-se mesmo a quem pretende refletir sobre o campo (antes, durante ou depois). *Mulheres em campo: Experiências antropológicas* –

note-se o título, e o que este título tão objetivo e claro revela. O livro busca fazer generalizações a partir de experiências e relatos subjetivos. Certamente, ele gera um movimento mais amplo do que os objetivos explicitamente revelados: a construção das subjetividades a partir da experiência, que se revelam através de relatos-memória. E coloca o leitor no lugar de outros indivíduos, fazendo um jogo metafórico sobre o próprio trabalho de campo. O antropólogo “mergulha” em outra sociedade a fim de aprender sobre determinada realidade, num processo que busca certa identificação com o grupo estudado, para assim “sentir e ver como ele” (como afirma Ruth Landes, em “As cidades das mulheres”, o leitor, no entanto, é convidado a se identificar não com o outro distante, mas com esta pessoa que faz uma espécie de “passagem”: o antropólogo-mensageiro, aquele que vai e volta, conhecedor de outras “realidades”, que busca traduzi-las para o mundo acadêmico e ocidental). A antropóloga-autora, assim, torna-se mais vividamente uma heroína: conta suas angústias, medos, inseguranças, doenças, dificuldades em ser aceita, mas também a amizade, o aprendizado, a intensidade da experiência e como o esforço é amplamente compensado e as recompensas são inúmeras (final feliz?). Nessa trajetória, o(a) leitor(a) provavelmente se identificará com esta mulher, esta profissional para quem o trabalho de campo assume duas funções: por um lado, legitimidade profissional e base fundamental deste campo do saber; e por outro, uma intensa experiência pessoal que transforma o próprio indivíduo, uma experiência intensa constitutiva do sujeito.

Ao desenvolver com tantos exemplos diferentes aspectos subjetivos do trabalho antropológico, o livro ajuda a compor a especificidade deste sujeito: o antropólogo, ou melhor, a antropóloga. Nem tanto como realmente revelador de algo inesperado, os artigos, no entanto, são extremamente reconfortantes. A(o) antropóloga(o) que os lê identifica-se em várias passagens com as autoras, reconhece problemas e dificuldades semelhantes, revê sua própria transformação por meio do trabalho de campo. E como se tratam de autoras que relatam experiências e reações à figura feminina, os relatos tornam-se ainda mais próximos das leitoras.

As memórias das autoras provocam na leitora sua própria recordação. Os relatos reelaboram assim um passado “comum”, reforçando a identidade entre profissionais, ancorada na experiência do trabalho de campo que funciona como um mito de origem da disciplina (de seus “pais fundadores”) e um rito de passagem central na formação acadêmica. Essa percepção está clara para as autoras no nível individual, como afirma Hazel Weidman: “In essence, anthropology helped me to establish an identity” (p.214). O que se nota é como o livro “coletiviza” este processo pela identificação que gera em quem o lê.

A identificação nessa construção subjetiva parece apontar para uma questão jamais enunciada no texto: o texto cria, pela identificação e semelhança, uma identidade comum, dando a sensação de construir uma nova comunidade: a das antropólogas, que compartilham quase tudo com a comunidade dos antropólogos, mas que vêm aqui destacadas algumas particularidades ligadas ao gênero.

## NOTA

- 1 “Confissão” é um termo usado claramente por Helen Codere, mas que cabe a vários artigos.